



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

1

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Município de Leandro Ferreira, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organizar-se-á e reger-se-á por esta Lei Orgânica, votada e aprovada pela Câmara Municipal e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República, da Constituição do Estado e os seguintes preceitos:

I - a eleição do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo país;

II - posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição.

III - remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores fixada pela Câmara Municipal em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe os artigos 37, XI, 150, II, 153, III e 153 § 2º, I da Constituição Federal;

IV - inviolabilidade dos Vereadores, por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato na circunscrição do Município;

V - proibições e incompatibilidade no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto na Constituição Federal para os membros do Congresso Nacional e na Constituição Estadual para os membros da Assembléia Legislativa;

VI - julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça;

VII - organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal;

VIII - cooperação das associações representativas no planejamento municipal;

XI - iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade, do bairro, ou meio rural através de manifestação de pelo menos 5% (cinco por cento) do eleitorado, comprovado através de certidão fornecida pelo Cartório Eleitoral.

1



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Art. 2º Todo poder do Município emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos diretamente, nos termos desta Lei Orgânica, da Constituição da República e da Constituição do Estado.

Art. 3º O Município tem os seguintes objetivos prioritários:

I - gerir interesses como fator essencial de desenvolvimento da Comunidade;

II - cooperar com a União e o Estado e associar-se a outros municípios, na realização de interesses comuns;

III - promover de forma integrada o desenvolvimento social e econômico da população, de sua sede, dos distritos e povoados;

VI - promover planos, programas e projetos de interesse dos segmentos mais carentes da sociedade;

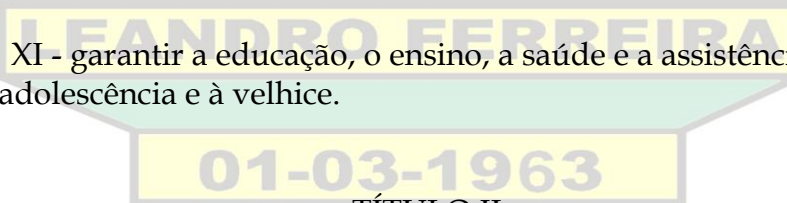
V - estimular e difundir o ensino e a cultura, proteger o patrimônio cultural e histórico, o meio ambiente e combater a poluição;

VI - preservar a moralidade administrativa;

VII - preservar os valores éticos;

VIII - promover as condições necessárias à fixação do homem no campo;

XI - garantir a educação, o ensino, a saúde e a assistência à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.



TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Art. 4º O Município assegura no seu território e nos limites da sua competência, os direitos e garantias fundamentais que a Constituição da República confere aos brasileiros e estrangeiros nele residentes.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

§ 1º Independe do pagamento de taxa ou de emolumento, o exercício do direito de petição ou representação, bem como, obtenção de certidão para a defesa de direito ou esclarecimento da situação de interesse pessoal.

§ 2º Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá ser discriminada ou de qualquer forma prejudicada pelo fato de litigar com o Município no âmbito administrativo ou judicial.

§ 3º Nos processos administrativos, qualquer que seja o objeto e o procedimento, observar-se-ão, entre outros requisitos de validade, a publicidade, o contraditório, a defesa ampla e o despacho ou a decisão motivada.

§ 4º O Município garante o exercício do direito de reunião e de outras liberdades constitucionais.

TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO I DO MUNICÍPIO

Seção I Disposições gerais

Art. 5º São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si: o Legislativo e o Executivo.

Parágrafo único. Ressalvados os casos previstos nesta Lei Orgânica, é vedado a qualquer dos poderes delegar atribuições e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Art. 6º São símbolos do Município: a Bandeira, o Hino e o Brasão, definidos em Lei.

Art. 7º A cidade de Leandro Ferreira é a sede do Município.

Art. 8º Formam o domínio público patrimonial do Município, os seus bens móveis e imóveis, os seus direitos, valores e os rendimentos das atividades e serviços de sua competência.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Seção II Da Divisão Administrativa do Município

Art. 9º O Município poderá dividir-se para fins administrativos em distritos a serem criados, organizados, suprimidos ou fundidos por lei, após consulta plebiscitária à população diretamente interessada, observados a Legislação Estadual, a aprovação da Câmara Municipal e os requisitos estabelecidos no Art. 10 desta Lei Orgânica.

§ 1º A criação de Distrito poderá efetuar-se mediante fusão de dois ou mais povoados, que serão suprimidos, sendo dispensada nesta hipótese, a verificação dos requisitos do art. 10 desta Lei Orgânica.

§ 2º A extinção do Distrito somente se efetuará mediante consulta plebiscitária à população da área interessada.

§ 3º O Distrito terá o nome da respectiva sede, cuja categoria será a de vila.

Art. 10. São requisitos para a criação de Distrito:

I - população, eleitorado e arrecadação, não inferior à quinta parte exigida para a criação do Município;

II - existência de pelo menos 50(cinquenta) moradias na povoação-sede, escola pública, posto de saúde e posto policial.

Parágrafo único. A comprovação do atendimento às exigências enumeradas neste artigo far-se-á mediante:

a) declaração emitida pela Fundação "Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística", de estimativa da população;

b) certidão emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, certificando o número de eleitores;

c) certidão emitida pelo agente municipal de estatística ou pela repartição fiscal do Município, certificando o número de moradias;

d) certidão de órgão fazendário estadual e do município, certificando a arrecadação na respectiva área territorial;



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

e) certidão emitida pela Prefeitura ou pelas Secretarias de Educação, de Saúde e de Segurança Pública do Estado, certificando a existência da escola pública e dos postos de saúde e policial na povoação-sede.

Art. 11. Na fixação das divisas distritais serão observadas as seguintes normas:

I - evitar-se-á, tanto quanto possível, formas assimétricas, estrangulamentos e alongamentos exagerados;

II - dar-se-á preferência para a delimitação às linhas naturais, facilmente identificáveis;

III - na inexistência de linhas naturais, utilizar-se-á linha reta, cujos extremos, pontos naturais ou não, sejam facilmente identificáveis e tenham condições de fixidez;

VI - é vedada a interrupção de continuidade territorial do Município ou Distrito de origem.

Parágrafo único. As divisas distritais serão descritas trecho a trecho, salvo para evitar duplicidade nos trechos que coincidirem com os limites municipais.

Art. 12. A alteração de divisão administrativa do Município somente pode ser feita de quatro em quatro anos, no ano anterior às eleições municipais.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS

Seção I Da competência do município

Art. 13. Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem estar de sua população, cabendo-lhe privativamente dentre outras, as seguintes atribuições:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual;



Município de Leandro Ferreira

6

Estado de Minas Gerais

III - elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado; após a comprovação do número de habitantes na sede do Município ser superior a 20.000 mil habitantes;

IV - criar, organizar e suprimir Distritos, observada a legislação estadual;

V - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

VI - elaborar o Orçamento anual e o Plano Plurianual de Investimentos;

VII - instituir e arrecadar tributos, bem como aplicar as suas rendas;

VIII - fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos;

IX - dispor sobre organização, administração e execução dos serviços locais;

X - dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos;

XI - organizar o quadro e estabelecer o regime jurídico único dos servidores públicos;

XII - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos;

XIII - planejar o uso e ocupação do solo em seu território, especialmente em sua zona urbana;

XIV - estabelecer normas de edificação, de loteamento, de arruamento e de zoneamentos urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação do seu território, observada a legislação federal;

XV - conceder e renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e de quaisquer outras atividades;

XVI - cassar a licença que houver concedido ao estabelecimento que se tornar prejudicial à saúde, à higiene, ao sossego, à segurança, ao meio ambiente ou

6



Município de Leandro Ferreira

7

Estado de Minas Gerais

aos bons costumes, fazendo cessar a atividade ou determinando o fechamento do estabelecimento;

XXVII - estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços, inclusive os dos concessionários, observadas as normas constitucionais;

XXVIII - adquirir bens, inclusive mediante desapropriação;

XXIX - regular disposições, o traçado e as demais condições dos bens públicos de uso comum;

XXX - regulamentar a utilização dos logradouros públicos e especialmente no perímetro urbano, determinar o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos;

XXXI - fixar os locais de estacionamento de táxis e demais veículos;

XXXII - conceder, permitir ou autorizar os serviços de transporte coletivo e de táxis, fixando as respectivas tarifas;

XXXIII - fixar e sinalizar as zonas de silêncio e do trânsito de veículos em condições especiais;

XXXIV - disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais;

XXXV - tornar obrigatório o uso do terminal rodoviário;

XXXVI - sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar sua utilização;

XXXVII - prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino de lixo domiciliar e outros resíduos de qualquer natureza, exceto o lixo atômico, ficando expressamente proibido o seu depósito no município.

XXXVIII - ordenar as atividades urbanas fixando condições e horário para o funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços observadas as normas federais pertinentes;

XXXIX - dispor sobre serviços funerários e de cemitérios;

7



Município de Leandro Ferreira

8

Estado de Minas Gerais

XXX - regulamentar, licenciar, permitir, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de polícia municipal;

XXXI - prestar assistência nas emergências médico-hospitalares de pronto socorro, por seus próprios serviços ou mediante convênio com entidade filantrópica ou com instituição especializada;

XXXII - organizar e manter o serviço de fiscalização necessário ao exercício do seu poder de polícia administrativa;

XXXIII - fiscalizar nos locais de venda, peso, medida e condições sanitárias dos gêneros alimentícios;

XXXIV - dispor sobre o depósito e a venda de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal;

XXXV - dispor sobre registro, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de erradicar as moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;

XXXVI - estabelecer e instituir penalidades por infração de leis e regulamentos;

XXXVII - promover, direta ou indiretamente, os seguintes serviços e obras, observada a previsão orçamentária e a disponibilidade financeira:

a) mercados, feiras e matadouros, sob a fiscalização obrigatória do Departamento ou Secretaria Municipal de Saúde;

b) construção, conservação de estradas, pontes e caminhos municipais e colocação de mata-burros;

c) transportes coletivos estritamente municipais interligando distritos e povoados à sede do município;

d) iluminação pública nos diversos segmentos do município;

XXXVIII - regulamentar os serviços de carros de aluguel inclusive o uso de taxímetros;

8



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

XXXIX - assegurar a expedição de certidões requeridas às repartições administrativas municipais, para defesa dos direitos e esclarecimento de situações, estabelecendo os prazos de atendimento.

§ 1º As normas de loteamento e arruamento a que se refere o inciso XIV deste artigo deverão exigir reservas de área destinadas a:

- a) zonas verdes e demais logradouros públicos;
- b) vias de tráfego e de passagem de canalizações públicas, esgotos e de águas pluviais nos fundos dos vales;
- c) passagem de canalizações públicas de esgoto e de águas pluviais com largura mínima de dois metros nos fundos dos lotes cujo desnível seja superior a um metro da frente ao fundo.

§ 2º A lei complementar de criação da guarda municipal estabelecerá a organização e competência dessa força auxiliar na proteção dos bens, serviços e instalações municipais.

Seção II Da Competência Comum

Art. 14. É da competência administrativa comum do Município, da União e do Estado, observada a lei complementar federal o exercício das seguintes medidas:

I - zelar pela guarda da constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valores históricos, artísticos e culturais, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

V - proteger o meio ambiente e combater a poluição em quaisquer de suas formas;



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

VI - preservar as florestas, fauna e flora;

VII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

VIII - promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

IX - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização promovendo a integração social dos desfavorecidos;

X - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

XI - estabelecer e implantar política de educação para segurança do trânsito.

Seção III Da Competência Suplementar

Art. 15. Ao Município compete suplementar a legislação federal e a estadual no que couber e naquilo que disser respeito ao seu peculiar interesse.

Parágrafo único. A competência prevista neste artigo será exercida em relação às legislações federal e estadual no que diz respeito ao peculiar interesse municipal visando a adaptá-las à realidade local.

CAPÍTULO III DAS VEDAÇÕES

Art. 16. Ao Município é vedado:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;



Município de Leandro Ferreira

11

Estado de Minas Gerais

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;

IV - subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos dos cofres públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviços de alto-falante ou qualquer outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou fins estranhos à administração;

V - manter a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos que não tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, assim como a publicidade na qual constem nomes, símbolos ou imagem que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - outorgar isenções e anistias fiscais ou permitir a remissão de dívidas, sem interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato;

VI - exigir ou aumentar tributos, sem lei que os estabeleça;

VII - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

IX - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;

X - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os institui ou aumentou;

XI - utilizar tributo com efeito de confisco;

XII - estabelecer limitações ao tráfego de pessoa ou bens, por meio de tributos, ressalvada a cobrança de pedágio e de contribuição de melhoria pela utilização de vias construídas e conservadas pelo Poder Público;

XIII - instituir impostos sobre:

11



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

a) patrimônio, renda ou serviços da União, do Estado e de outros municípios;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei federal;

d) livros, jornais periódicos e o papel destinado à sua impressão;

XIV - a aplicação financeira de rendas de qualquer natureza em rede bancária que não seja federal ou estadual.

§ 1º A vedação do inciso XIII a, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou as delas decorrentes.

§ 2º As vedações do inciso XIII a, não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamentos de preços e tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar impostos relativamente ao bem imóvel.

§ 3º As vedações expressas no inciso XIII, alíneas b e c, compreendem somente patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 4º As vedações expressas nos incisos VII a XIII dependem de regulamentação da lei complementar federal.

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

Seção I Da Câmara Municipal



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Art. 17. O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal.

Parágrafo único. Cada legislatura terá duração de 04(quatro) anos, compreendendo cada ano uma sessão legislativa.

Art. 18. A Câmara Municipal de Leandro Ferreira é composta de 9(nove) Vereadores eleitos pelo sistema proporcional, como representantes do povo, com mandato de 04 (quatro) anos.

Parágrafo único. São condições de elegibilidade para o mandato de Vereador, na forma da lei:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o pleno exercício dos direitos políticos;
- III - o alistamento eleitoral;
- IV - o domicílio eleitoral da circunscrição do município;
- V - a filiação partidária;
- VI - a idade mínima de 18 anos;
- VII - ser alfabetizado.

Art. 19. A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente, na sede do Município, de 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

§ 1º As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recair em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º A Câmara terá reuniões ordinárias, extraordinárias ou solenes, conforme dispuser o seu Regimento Interno.

§ 3º A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:

- I - pelo Prefeito, quando este a entender necessária;
- II - pelo Presidente da Câmara;



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

III - por iniciativa de 1/3 (um terço) dos Vereadores.

§ 4º Na reunião extraordinária, a Câmara Municipal somente delibera sobre a matéria para a qual foi convocada.

§ 5º A convocação de reunião extraordinária de que trata o § 3º, I, II, III deste artigo, far-se-á diretamente aos Vereadores ou por edital, logo a seguir a uma reunião ordinária e com antecedência de no mínimo 24 horas.

Art. 20. As deliberações da Câmara serão tomadas por maioria de votos, presentes a maioria absoluta de seus membros, salvo disposições em contrário constantes nas Constituições Estadual e Federal e nesta Lei Orgânica.

Art. 21. A Sessão Legislativa não será interrompida sem a deliberação sobre o projeto de lei orçamentária.

Art. 22. As reuniões da Câmara deverão ser realizadas no recinto destinado ao seu funcionamento, observado o disposto no artigo 39 XI desta Lei Orgânica.

Parágrafo único. As reuniões solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara por decisão da maioria simples de seus membros.

Art. 23. As reuniões ordinárias e extraordinárias somente poderão ser abertas com a presença da maioria dos membros da Câmara.

Parágrafo único. Considerar-se-á presente à reunião o Vereador que assinar o livro de presença até o início da ordem do dia e participar dos trabalhos do plenário e das votações.

Art. 24. Comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto da Câmara, ou outra causa que impeça sua utilização, poderão ser realizadas reuniões em outro local designado pelo Presidente da Câmara.

Art. 25. As reuniões serão públicas, salvo deliberação em contrário, da maioria simples dos Vereadores, adotada em razão de motivo relevante.

Seção II Da Instalação da Câmara



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Art. 26 - No primeiro ano de cada legislatura, a posse dos Vereadores e a eleição dos membros da Mesa, em reunião preparatória no dia 1º de janeiro, obedecerão as seguintes regras:

I - diplomados os Vereadores eleitos, o Presidente da Câmara em exercício, expedirá convite para a reunião preparatória dos Vereadores, no recinto da Câmara Municipal;

II - presente a maioria absoluta dos Vereadores, o Vereador mais idoso, depois de convidar um dos eleitos para funcionar como Secretário, verificará a autenticidade dos diplomas apresentados;

III - o Vereador mais votado para o cargo, a convite do Presidente, proferirá o seguinte juramento: **“Prometo cumprir dignamente o mandato a mim confiado, guardar a Constituição e as Leis, trabalhando pelo engrandecimento deste município”**. Cada um dos demais Vereadores confirmará o compromisso declarando: **“Assim prometo”**

IV - encerrado o compromisso, a Câmara elegerá a Mesa, depositando cada Vereador, nominalmente chamado, 03 (três) cédulas na urna sendo uma para Presidente, outra para Vice-Presidente e a terceira para Secretário;

V - estará eleito membro da Mesa, o Vereador que obtiver, no primeiro escrutínio a maioria absoluta dos sufrágios da Câmara, elegendo em segundo escrutínio o que alcançar a maioria simples;

VI - no ato da posse e ao término do mandato, os vereadores deverão fazer declaração de seus bens, as quais ficarão arquivadas na Câmara, constando das respectivas atas o seu resumo;

VII - o Vereador que não tomar posse na reunião prevista neste artigo deverá fazê-lo dentro do prazo de 15 (quinze) dias do início do funcionamento normal da Câmara sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

Seção III Do Funcionamento da Câmara

Art. 27. O mandato da Mesa será de 01 (um) ano, permitida a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, dentro da mesma legislatura.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Art. 28. A Mesa da Câmara se compõe de Presidente, Vice-Presidente e Secretário, os quais se substituirão na mesma ordem.

§ 1º Na constituição da Mesa é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participem da Casa.

§ 2º Na ausência dos Membros da Mesa o Vereador mais idoso assumirá a presidência.

§ 3º Qualquer componente da Mesa poderá ser excluído da mesma, pelo voto de 2/3 (dois terços) do Plenário da Câmara, quando faltoso, omissivo ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro Vereador para a complementação do mandato.

§ 4º A eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal para o ano seguinte, dentro da mesma legislatura, far-se-á na última Reunião antes do recesso de dezembro, considerando-se automaticamente empossados os eleitos a 1º de janeiro.

Art. 29. A Câmara terá comissões permanentes e especiais.

§ 1º Às comissões permanentes em razão de matéria de sua competência, cabe:

I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma de regimento interno, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de 1/3 dos membros da Casa;

II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - convocar os Secretários Municipais ou Chefes de Departamento ou equivalentes para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV - receber petições, reclamações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - exercer no âmbito de sua competência, a fiscalização dos atos do Executivo e da Administração Indireta.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

§ 2º As comissões especiais, criadas por deliberação do plenário serão destinadas ao estudo de assuntos específicos e à representação da Câmara em congresso, solenidade ou outros atos públicos, e terão direito ao reembolso das despesas específicas e efetivamente realizadas.

§ 3º Na formação das comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participem da Câmara.

§ 4º As comissões parlamentares de inquérito que terão poderes próprios das autoridades judiciais, além de outras previstas no Regimento Interno da Casa serão criadas pela Câmara Municipal mediante requerimento de 1/3 de seus membros para apuração de fatos determinados e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 30. A maioria, a minoria, a representação partidária com número de membros superior a 1/3 da composição da Casa e os blocos parlamentares terão Líderes e Vice-Líderes.

§ 1º A indicação dos Líderes será feita em documentos subscritos pelos membros das representações majoritária e minoritária, blocos parlamentares ou partidos políticos, à Mesa nas 24 horas que se seguirem à instalação do primeiro período legislativo anual.

§ 2º Os Líderes indicarão os respectivos Vice-Líderes dando conhecimento à Mesa da Câmara dessa designação.

Art. 31. Além de outras atribuições previstas no Regimento Interno, os Líderes indicarão os representantes partidários nas Comissões da Câmara.

Parágrafo único. Ausente ou impedido o Líder, ou ainda por delegação, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Líder.

Art. 32. À Câmara Municipal, observado o disposto nesta Lei Orgânica, compete elaborar o seu Regimento Interno, dispondo sobre sua organização, polícia e provimento de cargos de seus serviços e especialmente, sobre:

I - sua instalação e funcionamento;



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

II - posse de seus membros;

III - eleição da Mesa, sua composição e suas atribuições;

IV - número de reuniões mensais;

V - comissões;

VI - reuniões;

VII - deliberações;

VIII - todo e qualquer assunto de sua administração interna.

Art. 33. Por deliberação da maioria de seus membros a Câmara poderá convocar Secretário Municipal ou Chefes de Departamento ou equivalentes para, pessoalmente, prestar informações acerca de assuntos previamente estabelecidos.

Parágrafo único. A falta de comparecimento do Secretário Municipal ou Chefe de Departamento ou equivalente, sem justificativa razoável, será considerada desacato à Câmara e, se o Secretário ou Chefe de Departamento for Vereador licenciado, o não comparecimento nas condições mencionadas caracterizará procedimento incompatível com a dignidade da Câmara, para instauração do respectivo processo, na forma da Lei Federal e podendo resultar em cassação do mandato.

Art. 34. O Secretário Municipal ou Chefe de Departamento ou equivalente, a seu pedido poderá comparecer perante o Plenário ou a qualquer Comissão da Câmara, para expor assuntos e discutir Projeto de Lei ou qualquer outro ato normativo relacionado com o seu serviço administrativo.

Art. 35. É fixado em 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado, o prazo para que os responsáveis pelos órgãos da administração direta e indireta prestem as informações e encaminhem os documentos requisitados pelo Poder Legislativo na forma do disposto na presente Lei.

Parágrafo único. O não atendimento do prazo estipulado no “caput” deste artigo faculta ao Presidente da Câmara solicitar na conformidade da Legislação Federal a intervenção do Poder Judiciário para fazer cumprir a legislação.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Art. 36. À Mesa dentre outras atribuições, compete:

I - tomar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II - propor projetos que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;

III - apresentar projeto de lei dispendo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

IV - promulgar a Lei Orgânica e suas emendas;

V - representar junto ao Executivo sobre necessidades de economia interna;

VI - contratar na forma da lei por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 37. Dentre outras atribuições compete ao Presidente da Câmara:

I - representar a Câmara em juízo ou fora dele;

II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno, a Constituição da República, a Constituição do Estado e as Leis em vigor;

IV - promulgar as resoluções e decretos legislativos;

V - promulgar as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário.

VI - fazer publicar os atos da Mesa, as resoluções, decretos legislativos e as leis que vier a promulgar;

VII - autorizar as despesas da Câmara;



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

VIII - representar, por decisão da Câmara, sobre a inconstitucionalidade da lei ou ato municipal;

IX - encaminhar ao Plenário balancete discriminado de receita e despesa até o dia 20 (vinte) do mês subsequente, sob pena a que se refere o art. 28 § 3º desta Lei Orgânica;

X - solicitar por decisão da maioria absoluta da Câmara a intervenção no município nos casos admitidos pelas Constituições Federal e Estadual;

XI - manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para esse fim;

XII - encaminhar para parecer prévio a prestação de contas da Câmara Municipal ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão a que for atribuída tal competência.

Seção IV Das Atribuições da Câmara Municipal

Art. 38. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e especialmente:

I - instituir e arrecadar os tributos de sua competência bem como aplicar suas rendas;

II - autorizar isenção e anistias fiscais e a remissão de dívida, com interesse público justificado;

III - votar o Orçamento anual e o Plano Plurianual de Investimento, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais e votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV - deliberar sobre obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;

V - autorizar a concessão de auxílios e subvenções;

VI - autorizar a concessão de serviços públicos;

VII - autorizar a concessão do direito real de uso de bens municipais;



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

VIII - autorizar a concessão administrativa de uso de bens municipais;

IX - autorizar a alienação de bens imóveis;

X - autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargos;

XI - criar, transformar e extinguir cargos, empregos e funções públicas e fixar os respectivos vencimentos, inclusive os serviços da Câmara;

XII - criar, estruturar e conferir atribuições a Secretários ou Chefe de Departamento ou equivalente e órgãos da administração pública;

XIII - aprovar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município, observado o disposto no art. 13, inciso III desta Lei Orgânica;

XIV - delimitar o perímetro urbano;

XV - alterar a denominação de próprios, vias e logradouros públicos, desde que não se trate de nome de pessoas vivas;

XVI - estabelecer normas urbanísticas, particularmente as relativas a zoneamento e loteamento em Lei Complementar.

Art. 39. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições dentre outras:

I - eleger sua Mesa;

II - elaborar o Regimento Interno;

III - organizar os serviços administrativos internos e prover os cargos respectivos;

IV - propor a criação ou extinção dos cargos dos serviços administrativos internos e a fixação dos respectivos vencimentos;

V - conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores;



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

VI - autorizar o Prefeito a ausentar-se do município por mais de 15(quinze) dias por necessidade do serviço;

VII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado, no prazo máximo de 60(sessenta) dias do seu recebimento, observados os seguintes preceitos:

a) o parecer do Tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

b) decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias sem deliberação pela Câmara as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas;

c) rejeitadas as contas, serão estas imediatamente remetidas ao Ministério Público para os fins de direito;

VIII - decretar a perda do mandato do Prefeito e dos Vereadores nos casos indicados nas Constituições Federal e Estadual, nesta Lei Orgânica e na Legislação Federal aplicável;

IX - autorizar a realização de empréstimo, operação ou acordo externo de qualquer natureza, de interesse do Município;

X - proceder a tomada de contas do Prefeito, através de comissão especial, quando não apresentadas à Câmara Municipal, dentro de 90 (noventa) dias após a abertura da Sessão Legislativa;

XI - estabelecer e mudar temporariamente o local de suas reuniões;

XII - convocar o Prefeito e Secretário Municipal ou Chefe de Departamento ou equivalente para prestar esclarecimentos, aprazando dia e hora para o comparecimento;

XIII - deliberar sobre o adiamento e a suspensão de suas reuniões;

XIV - criar comissão parlamentar de inquérito sobre fato determinado e prazo certo, mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros;

XV - conceder título de Cidadão Honorário, Diploma de Mérito ou conferir homenagem a pessoas que reconhecidamente tenham prestado relevantes



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

serviços ao Município ou nele se destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular mediante proposta pelo voto de 2/3(dois terços) dos membros da Câmara;

XVI - solicitar a intervenção do Estado no Município;

XVII - julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em lei federal;

XVIII - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluindo os da administração direta e indireta;

XIX - fixar, observando o que dispõe os artigos 37, XI, 150, II, 153, III e 153 § 2º, I da Constituição Federal, a remuneração de Vereadores em cada Legislatura para a subsequente, sobre a qual incidirá o imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza;

XX - fixar observando o que dispõe os artigos 37, XI, 150, 11, 153, III e 153 § 2º I da Constituição Federal em cada legislatura para a subsequente, a remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito;

XXI - apresentar moção a pessoa ou entidades que tenham ou estejam prestando relevantes serviços a Leandro Ferreira ou à sua gente.

Seção V Dos Vereadores

Art. 40. Os Vereadores são invioláveis no exercício do mandato e na circunscrição do município, por suas opiniões, palavras e votos.

Art. 41. É vedado ao Vereador:

I - desde a expedição do Diploma:

a) firmar ou manter contrato com o Município, com autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com empresas concessionárias de serviços públicos, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar cargo, emprego ou função, no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta Municipal, salvo mediante aprovação em concurso público e observado o disposto no artigo 82, I, IV e V desta Lei Orgânica;



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

II - desde a posse:

a) ocupar cargo, função ou emprego da Administração Direta ou Indireta do Município, de que seja exonerável “*ad nutum*” salvo o cargo de Secretário Municipal ou Chefe de Departamento ou outro equivalente, desde que se licencie do exercício do mandato;

b) exercer outro cargo público eletivo federal, estadual ou municipal;

c) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do município, ou nela exercer função remunerada;

d) patrocinar causa junto ao Município em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea "a" do inciso I.

Art. 42. Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

III - que utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

IV - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das reuniões ordinárias da Câmara, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade;

V - que fixar residência fora do Município;

VI - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

§ 1º Além de outros casos definidos no Regimento Interno da Câmara Municipal, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar, o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

§ 2º Nos casos dos incisos de I a IV, a perda do mandato será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou a requerimento de seus membros, aprovado por voto secreto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Art. 43. O Vereador poderá licenciar-se:

I - por motivo de doença, sem prejuízo de sua remuneração, durante o mandato para o qual for eleito;

II - para tratar, sem remuneração, de interesse particular, durante a vigência do mandato, não podendo a licença ser superior a 12 meses durante a vigência do mandato, podendo retornar às suas funções a qualquer tempo;

III - para desempenhar missões temporárias, de caráter cultural ou de interesse do Município;

§ 1º Não perderá o mandato considerando-se automaticamente licenciado, o vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou Chefe de Departamento ou outro equivalente conforme previsto no art. 41, II, alínea "a" desta Lei Orgânica.

§ 2º Ao Vereador licenciado nos termos dos incisos I e III, a Câmara poderá determinar o pagamento no valor que estabelecer e na forma que especificar, de auxílio doença ou de auxílio especial.

§ 3º O auxílio de que trata o parágrafo anterior poderá ser fixado no curso da Legislatura e não será computado para o efeito de cálculo da remuneração dos vereadores.

§ 4º Independentemente de requerimento, considerar-se-á como licença o não comparecimento às reuniões de vereador privado temporariamente de sua liberdade, em virtude de processo criminal em curso.

Art. 44. Dar-se-á a convocação do suplente de vereador nos casos de vaga, de investidura em função pública, de licença por motivo de saúde, ou no caso de licença para tratar de interesse particular.

§ 1º O suplente convocado deverá tomar posse no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data de convocação, salvo justo motivo aceito pela Câmara, quando se prorrogará o prazo.



§ 2º Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á quorum em função dos vereadores remanescentes.

Seção VI Do Processo Legislativo

Art. 45. O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

- I - emendas à Lei Orgânica Municipal;
- II - leis complementares;
- III - leis ordinárias;
- IV - leis delegadas;
- V - resoluções;
- VI - decretos legislativos.

Art. 46. A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

- I - de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;
- II - do Prefeito Municipal.

§ 1º A proposta será votada em dois turnos com interstício mínimo de 10 (dez) dias e aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.

§ 3º A Lei Orgânica Municipal não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou intervenção no Município.

Art. 47. A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador e ao Prefeito.

Art. 48. As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Parágrafo único. Serão leis complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:

- I - Código Tributário do Município;
- II - Código de Obras;
- III - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;
- IV - Código de Posturas;
- V - Lei instituidora do regime jurídico único dos servidores municipais;
- VI - Lei Orgânica instituidora da guarda municipal;
- VII - Lei da criação de cargos, funções ou empregos públicos.

Art. 49. São de iniciativa exclusiva do Prefeito, as leis que disponham sobre:

- I - criação, transformação ou extinção de cargos, função ou empregos públicos na administração e autarquias ou aumento de sua remuneração.
- II - servidores públicos da administração, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
- III - criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou Departamentos equivalentes e órgãos da administração pública;
- IV - matéria orçamentária e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções.

Parágrafo único. Não será admitido o aumento de despesas previstas nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvada a matéria orçamentária.

Art. 50. É da competência exclusiva da Mesa da Câmara a iniciativa das leis que disponham sobre:



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

I - autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

II - organização dos serviços administrativos da Câmara, criação, transformação ou extinção de seus cargos, empregos e funções e fixação da respectiva remuneração, observado o Orçamento anual e os parâmetros da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Parágrafo único. Nos projetos de competência exclusiva da Mesa da Câmara não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista ressalvado o disposto na parte final do inciso II deste artigo se assinada pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 51. O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 1º Solicitada a urgência, a Câmara deverá se manifestar em até 45 (quarenta e cinco) dias sobre o projeto, contados da data em que for feita a solicitação.

§ 2º Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara, será o projeto incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se as demais matérias, para que se ultime a votação.

§ 3º O prazo do § 1º não corre no período de recesso da Câmara e nem se aplica aos projetos de lei complementar.

Art. 52. Aprovado, o projeto de lei será enviado ao Prefeito para que, aquiescendo, sancioná-lo-á.

§ 1º Decorrido o prazo de 15(quinze) dias úteis o silêncio do Prefeito importará promulgação pelo Legislativo.

§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º O prazo para apreciação do veto pelo Plenário da Câmara será de 30 (trinta) dias a contar de seu recebimento, após análise de uma comissão especial, em uma só discussão e votação com parecer ou sem ele considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos vereadores, em escrutínio secreto.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

§ 4º Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao Prefeito para a promulgação.

§ 5º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 3º deste artigo, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o artigo 50 desta Lei Orgânica.

§ 6º A não promulgação da lei no prazo de 48 (quarenta e oito) horas pelo Prefeito, nos casos dos parágrafos 1º e 4º deste artigo, criará para o Presidente da Câmara a obrigação de fazê-lo em igual prazo.

Art. 53. As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito, que deverá solicitar a delegação, à Câmara Municipal, devendo essa delegação ser aprovada pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 1º Os atos de competência privativa da Câmara, a matéria reservada à lei complementar, os planos plurianuais e orçamentos não serão objeto de delegação.

§ 2º A delegação ao Prefeito será efetuada sobre a forma de decreto legislativo, que especificará o seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º O decreto legislativo poderá determinar a apreciação do projeto pela Câmara que a fará em votação única, vedada a apresentação de emenda.

Art. 54. Os projetos de resolução disporão sobre matéria de interesse interno da Câmara e os projetos de decreto legislativo sobre os demais casos de sua competência privativa.

Parágrafo único. Nos casos de projeto de resolução e de projetos de decreto legislativo considerar-se-á encerrada com a votação final a elaboração da norma jurídica que será promulgada pela Mesa da Câmara.

Art. 55. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

SEÇÃO VII

Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Art. 56. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Município será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Executivo instituídos em lei.

§ 1º O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência e compreenderá a apreciação das contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

§ 2º Somente por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer do Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual incumbido dessa missão.

§ 3º As contas relativas à aplicação dos recursos transferidos pela União e Estado serão prestadas na forma da legislação federal e estadual em vigor, podendo o Município prestar essas contas sem prejuízo de sua inclusão na prestação anual de contas.

Art. 57. O Executivo manterá sistema de controle interno, a fim de:

- I - criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo e regularidade à realização da receita e despesa;
- II - acompanhar a execução de programas de trabalho e do Orçamento;
- III - avaliar os resultados alcançados pelos administradores;
- IV - verificar a execução dos contratos.

Art. 58. As contas do Município ficarão na Câmara Municipal, se relativas a esta, e na Prefeitura, se relativas ao Executivo, durante 60 (sessenta) dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

CAPÍTULO II DO PODER EXECUTIVO

Seção I



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Do Prefeito e do Vice-Prefeito

Art. 59. O Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais ou Diretores equivalentes.

Parágrafo único. Aplica-se à elegibilidade para Prefeito e Vice-Prefeito o disposto nesta Lei Orgânica e a idade mínima de 21 (vinte e um) anos.

Art. 60. A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizar-se-á simultaneamente, nos termos estabelecidos no art. 29, I e II da Constituição Federal.

§ 1º A eleição do Prefeito importará a do Vice-Prefeito com ele registrado.

§ 2º Será considerado eleito Prefeito o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria dos votos, não computados votos em branco e nulos.

§ 3º Na hipótese de os dois primeiros colocados obtiverem a mesma votação qualificar-se-á o mais idoso.

Art. 61. O Prefeito e Vice-Prefeito tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição em reunião solene da Câmara Municipal, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Lei Orgânica, observar as leis da União, do Estado e do Município, promover o bem geral dos munícipes e exercer o cargo sob a inspiração da democracia, da legitimidade e da legalidade.

Parágrafo único. Decorridos 10 (dez) dias da data fixada para posse, o Prefeito e Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, se não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

Art. 62. Substituirá o Prefeito, no caso de impedimento ou vaga, o Vice-Prefeito.

§ 1º O Vice-Prefeito não poderá se recusar a substituir o Prefeito, sob pena de extinção do mandato.

§ 2º O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o Prefeito, sempre que por ele for convocado para missões especiais.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Art. 63. Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito ou vacância do cargo, assumirá a administração municipal, o Presidente da Câmara, que a exercerá até o termino do mandato, ressalvado as hipótese do artigo seguinte.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara recusando-se por qualquer motivo, a assumir o cargo de Prefeito ficará automaticamente destituído da presidência, assumindo o cargo de Prefeito seu substituto imediato.

Art. 64. Verificando-se a vacância do cargo de Prefeito e inexistindo Vice-Prefeito, observar-se-á o seguinte:

I - ocorrendo a vacância nos 03 (três) primeiros anos do mandato, dar-se-á eleição 90 (noventa) dias após a sua abertura, cabendo aos eleitos completar o período dos seus antecessores;

II - ocorrendo a vacância no último ano de mandato, assumirá o Presidente da Câmara que completará o período.

Art. 65. O mandato do Prefeito é de 04 (quatro) anos, e terá início em 1º de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.

Art. 66. O Prefeito e o Vice-Prefeito, quando no exercício do cargo, não poderão, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município por período superior a 15 (quinze) dias, sob pena de perda do cargo ou de mandato.

Parágrafo único. O Prefeito regularmente licenciado terá direito a perceber a remuneração, quando:

I - impossibilitado de exercer o cargo, por motivo de doença devidamente comprovada por declaração médica;

II - a serviço ou em missão de representação do Município.

Art. 67. Na ocasião da posse e ao término do mandato, o Prefeito fará declaração de seus bens, as quais ficarão arquivadas na Câmara, constando das respectivas atas o seu resumo.

Parágrafo único. O Vice-Prefeito fará declaração de bens no momento em que assumir, pela primeira vez, o exercício do cargo de Prefeito.

Seção II



Das Atribuições do Prefeito

Art. 68. Ao Prefeito, como chefe da administração compete dar cumprimento às deliberações da Câmara, dirigir, fiscalizar e defender os interesses do Município, bem como adotar de acordo com a lei, todas as medidas administrativas de utilidade pública sem exceder as verbas orçamentárias.

Art. 69. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

- I - iniciativa das leis, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica;
- II - representar o Município em juízo ou fora dele;
- III - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir os regulamentos para sua fiel execução;
- IV - vetar, no todo ou em parte, os projetos de lei aprovados pela Câmara, quando contrários ao interesse público ou por ilegalidade da matéria;
- V - decretar, nos termos da lei, a desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social;
- VI - expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;
- VII - permitir ou autorizar o uso de bens municipais por terceiros com autorização da Câmara Municipal;
- VIII - permitir ou autorizar a execução de serviços públicos, por terceiros, com autorização da Câmara Municipal;
- IX - prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;
- X - enviar à Câmara os projetos de lei relativos ao Orçamento anual, às Diretrizes Orçamentárias e ao Plano Plurianual de Investimento do Município e das suas autarquias;
- XI - encaminhar à Câmara até 15 (quinze) de abril a cópia da prestação de contas, bem como cópia dos balanços do exercício findo, encaminhados aos órgãos competentes;



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

XII - encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;

XIII - fazer publicar os atos oficiais;

XIV - prestar à Câmara, dentro de 15(quinze) dias, as informações pela mesma solicitadas, salvo prorrogação, pelo Legislativo, por mais 15 (quinze) dias, face à complexidade da matéria ou a dificuldade de obtenção nas respectivas fontes, dos dados pleiteados;

XV - prover os serviços e obras da administração pública;

XVI - superintender a arrecadação dos tributos, bem como a guarda e aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos critérios votados pela Câmara;

XVII - colocar à disposição da Câmara, dentro de 10 (dez) dias de sua requisição, as quantias requisitadas pelo presidente e até o dia 20 (vinte) de cada mês, os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias, compreendendo os créditos suplementares e especiais;

XVIII - celebrar convênio com entidade de direito público ou privado;

XIX - aplicar multas previstas em leis e contratos, bem como revê-las quando impostas irregularmente;

XX - resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidos;

XXI - oficializar, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis, as vias e logradouros públicos, mediante denominação aprovada pela Câmara;

XXII - convocar extraordinariamente a Câmara quando o interesse da administração o exigir;

XXIII - aprovar projetos de edificação e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos;

XXIV - apresentar, anualmente à Câmara, relatório circunstanciado sobre o estado das obras e dos serviços municipais, bem assim o programa da administração para o ano seguinte;



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

XXV - organizar os serviços internos das repartições criadas por lei, sem exceder as verbas para tal destinadas;

XXVI - contrair empréstimos e realizar operações de crédito, mediante prévia autorização da Câmara;

XXVII - providenciar sobre a administração dos bens do Município e sua alienação, na forma da lei;

XXVIII - organizar e dirigir, nos termos da lei, os serviços relativos às terras do Município;

XXIX - desenvolver o sistema viário do Município;

XXX - conceder auxílios, prêmios e subvenções, nos limites das respectivas verbas orçamentárias e no plano de distribuição, prévia e anualmente, aprovados pela Câmara;

XXI - providenciar sobre o incremento do ensino;

XXXII - estabelecer a divisão administrativa do Município, de acordo com a lei;

XXXIII - enviar à Câmara Municipal até o dia 15 (quinze) de cada mês o balancete referente ao mês imediatamente anterior, com provas documentais.

XXXIV - solicitar o auxílio das autoridades policiais do Estado para garantia do cumprimento de seus atos;

XXXV - solicitar, obrigatoriamente, autorização à Câmara para ausentar-se do Município por tempo superior a 15 (quinze) dias;

XXXIV - adotar providências para a conservação e salvaguarda do patrimônio municipal;

XXXVII - publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Art. 70. O Prefeito poderá delegar, por decreto, a seus auxiliares, as funções administrativas previstas nos incisos IX e XV do artigo 69.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Seção III Da Perda e Extinção do Mandato

Art. 71. É vedado ao Prefeito assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no artigo 83, I, IV e V desta Lei Orgânica.

§ 1º É igualmente vedado ao Prefeito e ao Vice-Prefeito desempenhar função de administração em qualquer empresa privada.

§ 2º A infringência ao disposto neste artigo e em seu § 1º importará em perda de mandato.

Art. 72. As incompatibilidades declaradas no art. 41 seus incisos e letras desta Lei Orgânica, estendem-se no que forem aplicáveis ao Prefeito e aos Secretários Municipais, aos Chefes de Departamento ou Diretores equivalentes.

Art. 73. São crimes de responsabilidade do Prefeito os previstos em lei federal.

Parágrafo único. O Prefeito será julgado pela prática de crime de responsabilidade perante o Tribunal de Justiça do Estado.

Art. 74. São infrações político-administrativas do Prefeito as previstas em lei federal.

Parágrafo único. O Prefeito será julgado, pela prática de infrações político-administrativas, perante a Câmara.

Art. 75. Será declarado vago, pela Câmara Municipal, o cargo de Prefeito quando:

I - ocorrer falecimento, renúncia ou condenação por crime funcional ou eleitoral, com decisão transitada em julgado;

II - deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo de 10 (dez) dias, a partir do dia estabelecido para a posse;

III - infringir as normas dos artigos 41 e 66 desta Lei Orgânica;



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

IV - perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

Seção IV Dos Auxiliares Diretos do Prefeito

Art. 76. São auxiliares diretos do Prefeito, os Secretários Municipais, Chefes de Departamento ou Diretores equivalentes,

Parágrafo único. Os cargos são de livre nomeação e demissão pelo Prefeito.

Art. 77. A Lei Municipal estabelecerá as atribuições dos auxiliares diretos do Prefeito, definindo-lhes a competência, deveres e responsabilidade.

Art. 78. São condições essenciais para a investidura no cargo de Secretário ou Chefe de Departamento ou Diretor equivalente:

- I - ser brasileiro;
- II - estar no exercício dos direitos políticos;
- III - ser maior de 21 (vinte e um) anos.

Art. 79. Além das atribuições fixadas em lei compete aos Secretários ou Chefe de Departamento ou Diretores:

- I - subscrever atos e regulamentos referentes aos seus órgãos;
- II - expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos;
- III - apresentar ao Prefeito relatório anual dos serviços realizados por suas repartições;

IV - comparecer à Câmara Municipal, sempre que convocados pela mesma, para prestação de esclarecimentos oficiais.

§ 1º Os decretos, atos e regulamentos referentes aos serviços autônomos ou autárquicos serão referendados pelo Secretário ou Diretor ou Chefe de Departamento da administração.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

§ 2º A infringência ao inciso IV deste artigo, sem justificção, importa em crime de responsabilidade.

Art. 80. Os Secretários ou Diretores ou Chefes de Departamento são solidariamente responsáveis com o Prefeito pelos atos que assumirem, ordenarem ou praticarem.

Art. 81. Os auxiliares diretos do Prefeito farão declarações de bens no ato da posse e no término do exercício do cargo, encaminhando cópia autenticada à Câmara.

Seção V Da Administração Pública

Art. 82. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Município, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III - o prazo de validade de concurso público será até 02 (dois) anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursos para assumir cargo ou emprego na carreira;

V - os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei;

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

VII - o direito de greve será exercido nos termos e limites definidos em lei complementar federal;

VIII - a Lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a Lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X - a revisão geral da remuneração dos servidores públicos far-se-á, anualmente, sempre na mesma data;

XI - a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observado, como limite máximo, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito;

XII - é vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvado o disposto no inciso anterior e no art. 84 § 1º, desta Lei Orgânica;

XIII - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento;

XIV - os vencimentos dos servidores públicos serão irredutíveis e a remuneração observará o que dispõem os artigos 37, XI, XII, 150, II, 153, III e 153 § 2º, I da Constituição Federal;

XV - é vedada a acumulação remunerada de dois cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários e for:

a) a de 02 (dois) cargos de professor;

b) a de 01 (um) cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de 02 (dois) cargos privativos de médico ou dois empregos privativos de profissionais de Saúde com profissões regulamentadas.

XVI - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público;

XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX - depende de autorização legislativa, em cada caso a criação de subsidiária das entidades mencionadas no inciso XVII, assim como a participação de qualquer delas em empresas privadas;

XX - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienação serão contratados mediante processo de licitação pública que assegurem igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, exigindo-se a qualificação técnico-econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações.

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º A não observância do disposto nos incisos II e III implicará na nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º As reclamações relativas à prestação dos serviços públicos serão disciplinadas em lei.

§ 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º A lei federal estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causar prejuízo ao erário, ressalvadas as respectivas ações e ressarcimento.

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes nessa



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável no caso de dolo ou culpa.

SEÇÃO VI DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 83. Ao servidor público com exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II - investido no cargo de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Art. 84. O Município instituirá regime jurídico único e plano de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1º A lei assegurará aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo poder ou entre servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens em caráter individual e as relativas à natureza ou a local de trabalho.

§ 2º O pagamento aos servidores será efetuado no máximo até o quinto dia útil de cada mês.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

§ 3º Aplica-se a esses servidores o disposto no artigo 7º, incisos IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII e XXX da Constituição Federal.

§ 4º Ao Poder Público Municipal é autorizada a disposição de servidor público e/ou de bem móvel integrado ao ativo fixo da Municipalidade, observadas a conveniência e condições de disponibilidade da Administração Pública Municipal, desde que precedida de legislação com vistas a regulamentar e autorizar a cessão. (Redação dada pela Emenda 002/2018 de 09 de maio de 2018)

Art. 85. O servidor será aposentado na forma da legislação federal e da municipal correlatas.

§ 1º A lei disporá sobre aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

§ 2º O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

§ 3º Os proventos da aposentadoria serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria na forma da lei.

Art. 86. São estáveis, após 03(três) anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado e o eventual ocupante da vaga, reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 86-A. São direitos dos servidores, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

I - duração do trabalho normal não superior a oito horas diária e quarenta semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada nos termos que dispuser a lei;

II - adicionais por tempo de serviço;

III - férias premio, com duração de seis meses, adquiridas a cada período de dez anos de efetivo exercício serviço público, admitida sua conversão em espécie, por opção do servidor ou, para efeito de aposentadoria a contagem em dobro das não gozadas;

IV - assistência e previdência sociais extensivas ao conjugue ou companheiro e aos dependentes;

V - assistência gratuita, pré-escola, aos filhos e dependentes, desde o nascimento até seis anos de idade;

VI - adicional sobre a remuneração para atividades penosas, insalubres ou perigosas;

VII - adicional sobre a remuneração, quando completar trinta anos de serviço, ou antes disso, se implementado interstício necessário para aposentadoria.

§1º Cada período de cinco anos de efetivo exercício dá ao servidor o direito ao adicional de dez por cento sobre seu vencimento, o qual a este se incorpora para efeito de aposentadoria.

§2º Os servidores farão jus a abono-família, equivalente ao salário-família, nos termos da lei. (redação de Artigo, Parágrafos e Incisos dados pela Emenda 001/2013 de 06 de novembro de 2013).

01-03-1963 Seção VII Da Segurança Pública

Art. 87. O Município poderá constituir guarda municipal, força auxiliar destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, nos termos da lei complementar.

§ 1º A lei complementar de criação da guarda municipal disporá sobre acesso, direitos, deveres, vantagens e regime de trabalho com base na hierarquia e disciplina.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

§ 2º A investidura nos cargos da guarda municipal far-se-á mediante concurso público, de provas e títulos e aptidão física.

TÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 88. A administração municipal é constituída dos órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura e das entidades a ela vinculadas dotadas de personalidade jurídica própria.

§ 1º Os órgãos da administração direta que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura se organizam e se coordenam, atendendo aos princípios técnicos recomendáveis ao bom desempenho de suas atribuições.

§ 2º As entidades dotadas de personalidade jurídica própria que vierem a compor a Administração Indireta do Município se classificam em:

I - autarquia - o serviço autônomo, criado por lei com personalidade jurídica, patrimônio e receita própria, para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizadas;

II - empresa pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio e capital do Município, criada por lei, para exploração das atividades econômicas que o Município seja levado a exercer, por força de contingência ou conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

III - sociedade de economia mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei, para exploração de atividades econômicas, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria, ao Município ou a entidade de Administração Indireta.

IV - fundação pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgão ou entidades de direito público, sem autonomia administrativa, sem patrimônio próprio, gerida pelos



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

respectivos órgãos de direção e funcionamento e custeada por recursos do Município e de outras fontes.

§ 3º A entidade que trata o inciso IV do parágrafo 2º deste artigo adquire personalidade jurídica com inscrição da escritura pública de sua constituição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, não lhe aplicando as demais disposições do Código Civil concernentes às fundações.

CAPÍTULO II DOS ATOS MUNICIPAIS

Seção I Da Publicidade dos Atos Municipais

Art. 89. A publicação das leis e atos municipais far-se-á em órgãos da imprensa local ou regional ou por afixação na sede da Prefeitura ou da Câmara Municipal, conforme o caso.

§ 1º A escolha do órgão de imprensa para a divulgação das leis e atos administrativos far-se-á através de licitação, em que se levará em conta não só as condições de preço, como as circunstâncias de frequência, horário, tiragem e distribuição.

§ 2º Nenhum ato produzirá efeito antes de sua publicação.

§ 3º A publicação dos atos não normativos pela imprensa poderá ser resumida.

§ 4º Ressalvados os casos de publicação de atos que surtem efeitos "*interna corporis*", os Poderes Executivo e Legislativo são obrigados a procederem a publicação de seus atos normativos em jornal oficial, em periódico de circulação local ou em rede mundial de comunicação.

Art. 90. O Prefeito e o Presidente da Câmara, no que lhes for aplicável, farão publicar:

I - mensalmente, o balancete resumido da receita e da despesa;

II - mensalmente, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e os recursos recebidos;



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

III - anualmente, até 15 de março, as contas da administração, constituídas do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, em forma sintética.

SEÇÃO II DOS LIVROS

Art. 91. O Município manterá os livros que forem necessários aos registros de seus serviços.

§ 1º Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Prefeito ou Presidente da Câmara, conforme o caso ou por funcionário designado para tal fim.

§ 2º Os livros referidos neste artigo poderão ser substituídos por fichas ou outro sistema, convenientemente autenticado.

Seção III Dos Atos Administrativos

Art. 92. Os atos administrativos de competência do Prefeito devem ser expedidos com obediência às seguintes normas:

I - decreto, numerado em ordem cronológica, nos seguintes casos:

- a) regulamentação de lei;
- b) instituição, modificação ou extinção de atribuições não constantes da lei;
- c) regulamentação interna dos órgãos que forem criados na administração municipal;
- d) abertura de créditos especiais e suplementares até o limite autorizado por lei, assim como de créditos extraordinários;
- e) declaração de utilidade pública ou necessidade social, para fins de desapropriação ou de servidão administrativa;
- f) aprovação de regulamento ou de regimento das entidades que compõem a administração municipal;



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

- Integrado;
- g) permissão de uso de bens municipais;
 - h) medidas executórias do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;
 - i) normas de efeitos externos, não privativos da lei;
 - j) fixação e alteração de preços.

II - portaria, nos seguintes casos:

- a) provimento e vacância dos cargos públicos e demais atos de efeitos individuais;
- b) lotação e relotação nos cargos de pessoal;
- c) abertura de sindicância e processos administrativos, aplicação de penalidade e demais atos individuais de efeito interno;
- d) outros casos determinados em lei ou decreto.

III - contrato, nos seguintes casos:

- a) admissão dos servidores para serviços de caráter temporário, nos termos do artigo 82, inciso IX, desta Lei Orgânica;
- b) execução de obras e serviços municipais, nos termos da lei.

Seção IV Das Proibições

Art. 93. O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o 2º grau, ou por adoção, não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até 06 (seis) meses após findas as respectivas funções.

Parágrafo único. Não se incluem nestas proibições os contratos cujas cláusulas e condições sejam uniformes para todos os interessados.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Art. 94. A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social, como estabelecido em lei federal, não poderá contratar com o Poder Público Municipal nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

Seção V Das Certidões

Art. 95. A Prefeitura e a Câmara Municipal são obrigadas a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de 15(quinze) dias, certidões dos atos, contratos e decisões desde que requeridas para fim de direito determinado e justificado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverão atender às requisições se outro prazo não for fixado pelo juiz.

Parágrafo único. As certidões relativas ao Poder Executivo serão fornecidas pelo órgão competente da Prefeitura, exceto as declaratórias de efetivo exercício do Prefeito, que serão fornecidas pelo Presidente da Câmara.

CAPÍTULO III DOS BENS MUNICIPAIS

Art. 96. Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles utilizados em seu serviço.

Art. 97. Todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com a identificação respectiva, numerando-se os móveis segundo o que for estabelecido em regulamento, os quais ficarão sob a responsabilidade do Chefe da Secretaria ou Diretor ou Chefe de Departamento a que forem distribuídos.

Art. 98. Os bens patrimoniais do Município deverão ser classificados:

I - pela sua natureza;

II - em relação a cada serviço.

Parágrafo único. Deverá ser feita anualmente a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes, e, na prestação de contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens municipais.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Art. 99. A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, com prévia avaliação, obedecerá as seguintes normas:

I - quando imóveis dependerá de concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação e permuta;

II - quando móveis dependerá de concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação, que será permitida exclusivamente para fins assistenciais ou quando houver interesse público relevante, justificado pelo Executivo.

Art. 100. O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, com autorização legislativa e concorrência pública, mediante contrato, constando os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocessão, sob pena de nulidade do ato.

§ 1º A concorrência poderá ser dispensada, por lei, quando o uso se destinar a concessionária de serviços públicos, a entidades assistenciais, ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.

§ 2º A venda aos proprietários de imóveis lindeiros de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificação, resultantes de obras públicas, dependerá apenas de prévia avaliação e autorização legislativa, dispensada a licitação. As áreas resultantes de modificações de alinhamento serão alienadas nas mesmas condições, quer sejam aproveitáveis ou não.

Art. 101. A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

Art. 102. É proibida a doação, venda ou concessão de uso de qualquer fração dos parques, praças, jardins ou largos públicos, salvo pequenos espaços destinados à venda de jornais e revistas ou refrigerantes, desde que regulamentados e aprovados pelo Legislativo, precedidas do devido processo legal.

Art. 103. O uso de bens municipais por terceiros só poderá ser feito mediante concessão ou permissão a título precário e por tempo determinado, conforme o interesse público o exigir.

§ 1º A concessão de uso dos bens públicos de uso especial e dominical dependerá de lei e concorrência e será feita mediante contrato, sob pena de nulidade do ato, ressalvada a hipótese do § 1º do artigo 100 desta Lei Orgânica.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

§ 2º A concessão administrativa de bens públicos de uso comum somente poderá ser outorgada para finalidades escolares, de assistência social ou turística, mediante autorização legislativa.

§ 3º A permissão de uso que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita, a título precário, por ato unilateral do Prefeito, através de decreto.

Art. 104. Poderão ser cedidos a particulares, para serviços de natureza privada, máquinas e operários da Prefeitura, desde que precedido de Lei autorizativa e regulamentadora desta atividade, sendo garantidos os preceitos básicos constitucionais, em especial a impessoalidade, e ainda observada à conveniência e condição de disponibilidade da Administração Pública Municipal. (Redação dada pela Emenda 002/2018 de 09 de maio de 2018).

Art. 105. A utilização e administração dos bens públicos de uso especial, como mercado, feiras, matadouros, estações, recintos de espetáculos e campos de esporte, serão feitas na forma da lei e regulamentos respectivos.

Seção I Das Licitações

Art. 106. As compras, obras e serviços da Prefeitura, Câmara Municipal e dos Órgãos de Administração Indireta serão realizados com estrita observância do princípio da licitação.

Parágrafo único. As licitações a que se refere este artigo serão procedidas na forma da legislação federal.

CAPÍTULO IV DAS OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Art. 107. Nenhum empreendimento de obras e serviços do Município terá início sem prévia elaboração do plano respectivo, no qual obrigatoriamente, conste:

I - a viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse comum;

II - os pormenores para sua execução;



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

III - os recursos para o atendimento das respectivas despesas;

IV - os prazos para seu início e conclusão, acompanhados da respectiva justificção.

§ 1º Nenhuma obra, serviço ou melhoramento, salvo casos de extrema urgência, será executado sem prévio orçamento de seu custo.

§ 2º As obras públicas poderão ser executadas pela Prefeitura, por suas autarquias e demais entidades da administração indireta, e por terceiros, mediante licitação.

Art. 108. A permissão de serviço público a título precário, será outorgada por decreto do Prefeito, após edital de chamamento de interessados para escolha do melhor pretendente, sendo que a concessão só será feita com autorização legislativa, mediante contrato, precedido de concorrência pública.

§ 1º Serão nulas de pleno direito as permissões e as concessões, bem como quaisquer outros ajustes feitos em desacordo com o estabelecido neste artigo.

§ 2º Os serviços permitidos ou concedidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do Município, incumbindo aos que os executem, sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

§ 3º O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços permitidos ou concedidos, desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato, bem como aqueles que revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

§ 4º As concorrências para a concessão de serviço público deverão ser precedidas de ampla publicidade, em jornais e rádios locais, inclusive na imprensa oficial do Estado, mediante edital ou comunicado resumido.

Art. 109. Nos serviços, obras e concessões do Município, bem como nas compras e alienações, será adotada a licitação nos termos da lei.

Art. 110. As tarifas dos serviços públicos deverão ser fixadas pelo Executivo, tendo-se em vista a justa remuneração.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Art. 111. O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum, mediante convênio com o Estado, a União ou entidades particulares, bem assim, através de consórcio com outros Municípios.

CAPÍTULO V DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA

Seção I Dos Tributos Municipais

Art. 112. São tributos municipais os impostos, as taxas e contribuições de melhoria decorrentes de obras públicas, instituídos por lei municipal, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nas normas gerais de direito tributário.

Art. 113. São de competência do Município, os impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão, inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direito e sua aquisição;

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência do Estado, definidos na lei complementar prevista no art. 146 da Constituição Federal.

§ 1º O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos da lei, de forma a assegurar o cumprimento da função social.

§ 2º O imposto previsto no inciso II não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesse caso, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos de locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 3º A lei determinará medidas para que os contribuintes sejam esclarecidos acerca do imposto previsto no inciso III.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Art. 114. As taxas só poderão ser instituídas por lei em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à disposição pelo Município.

Art. 115. A contribuição de melhoria poderá ser cobrada dos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas municipais, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 116. Sempre que possível os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultando à administração municipal, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 1º As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

§ 2º Nenhum imposto, taxa, tarifa, serviço público ou contribuição de melhoria, será recebido diretamente por qualquer repartição pública do Município, devendo o pagamento de tais tributos ser realizado em conta específica em instituição bancária.

§ 3º As guias e avisos de vencimentos de impostos, taxas, tarifas, serviços públicos ou contribuição de melhoria serão entregues no domicílio do contribuinte.

Art. 117. O Município poderá instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social.

01-03-1963 Seção II Da Receita e da Despesa

Art. 118. A receita municipal constituir-se-á da arrecadação dos tributos municipais, da participação em tributos da União e do Estado, dos recursos resultantes do Fundo de Participação do Município e da utilização de seus bens, serviços, atividades e de outros ingressos.

Art. 119. Pertence ao Município:



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

I - o produto da arrecadação do Imposto da União sobre rendas e proventos de qualquer natureza, incidentes na fonte, e sobre rendimentos pagos a qualquer título, pela administração direta, autarquia e fundações municipais;

II - 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no Município;

III - 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território municipal;

IV - 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, incidente no Município.

Art. 120. A fixação dos preços públicos, devidos pela utilização de bens, serviços e atividades municipais, será feita pelo Prefeito mediante edição de decreto.

Parágrafo único. As tarifas dos serviços públicos deverão cobrir os seus custos, sendo reajustáveis quando se tornarem deficitárias ou exorbitantes.

Art. 121. Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo lançado pela Prefeitura sem prévia notificação.

§ 1º Considera-se notificação a entrega do aviso de lançamento no domicílio fiscal do contribuinte, nos termos da legislação federal pertinente.

§ 2º Do lançamento do tributo cabe recurso ao Prefeito, assegurado, para sua interposição, o prazo de 15(quinze) dias contados da notificação.

Art. 122. A despesa pública atenderá aos princípios estabelecidos na Constituição Federal e às normas do direito financeiro.

Art. 123. Nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita sem que exista recurso disponível e crédito votado pela Câmara, salvo a que correr por conta de crédito extraordinário.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Art. 124. Nenhuma lei que crie ou aumente despesas será executada sem que dela conste a indicação do recurso para atendimento do correspondente encargo.

Art. 125. As disponibilidades de caixa do Município e suas autarquias e fundações e das empresas por ele controladas serão depositadas em instituição financeira oficial, salvo os casos previstos em lei.

Parágrafo único. O Município poderá manter depósito na rede bancária local, tendo em vista a arrecadação de tributos e rendas municipais, observado o artigo 164 § 3º da Constituição Federal.

Seção III Do Orçamento

Art. 126. A elaboração e a execução da Lei Orçamentária anual e do Plano Plurianual de Investimentos obedecerão as regras estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição Estadual e nas normas de Direito Financeiro e nos preceitos desta Lei Orgânica.

§ 1º Os poderes Executivo e Legislativo publicarão até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 2º Caberá ao Poder Legislativo elaborar sua previsão orçamentária anual, enviando a proposta à Prefeitura para consolidação com o Orçamento do Município.

Art. 127. Os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, ao Orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal à qual caberá:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos e as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal;

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação das demais comissões da Câmara.

§ 1º As emendas serão apresentadas na Comissão, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas na forma regimental.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

§ 2º As emendas ao projeto de Lei do Orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente poderão ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviços de dívida.

III - sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões;

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 3º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de Lei Orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 128. A Lei Orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta;

II - o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta, bem como os fundos instituídos pelo Poder Público.

Art. 129. O Prefeito enviará à Câmara, no prazo consignado na lei complementar federal, a proposta de Orçamento anual do Município para o exercício seguinte.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Parágrafo único. O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara para propor a modificação do projeto de Lei Orçamentária, enquanto não iniciada a votação, da parte que desejar alterar.

Art. 130. A Câmara não enviando no prazo consignado na lei complementar federal o projeto da Lei Orçamentária à sanção, será promulgado como lei pelo Prefeito o projeto originário do Executivo.

Art. 131. Rejeitado pela Câmara o projeto de Lei Orçamentária anual, prevalecerá para o ano seguinte o Orçamento do exercício em curso, aplicando-se-lhe a atualização dos valores.

Art. 132. Aplicam-se ao projeto de Lei Orçamentária, no que não contrariar o disposto nesta Seção, as regras do processo legislativo.

Art. 133. O Município, para execução de projetos, programas, obras, serviços ou despesas cuja execução se prolongue além de um exercício financeiro, deverá elaborar Orçamento Plurianual de Investimento.

Parágrafo único. As dotações anuais do Orçamento Plurianual deverão ser incluídas no Orçamento de cada exercício para utilização do respectivo crédito.

Art. 134. O Orçamento será uno, incorporando-se, obrigatoriamente, na receita todos os tributos, rendas e suprimentos de fundos incluindo-se, discriminadamente na despesa as dotações necessárias ao custeio de todos os serviços municipais.

Art. 135. O Orçamento não conterá dispositivo estranho à previsão da receita, nem a fixação das despesas anteriormente autorizadas. Não se incluem nesta proibição a:

I - autorização para abertura de créditos suplementares;

II - contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receitas, nos termos da lei.

Art. 136. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária anual;



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade, que precisam ser aprovadas pela Câmara por maioria absoluta;

IV - a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundo ou despesa, ressalvada a participação do produto da arrecadação dos impostos a que se refere os artigos 158 e 159 da Constituição Federal, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 162 desta Lei Orgânica e a prestação de garantias à operações de crédito por antecipação de receitas, previstas no art. 135, II desta Lei Orgânica.

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas ou fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 128 desta Lei Orgânica;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos 04 (quatro) meses daquele exercício, caso em que reabertos os limites de seus saldos, serão incorporados ao Orçamento do exercício financeiro subsequente.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

§ 3º A abertura de créditos extraordinários somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes como as decorrentes de calamidade pública.

Art. 137. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados à Câmara Municipal, ser-lhe-ão entregues até o dia 20 (vinte) de cada mês, através de depósito bancário na conta da Câmara e terá o Executivo como recibo a ficha de depósito autenticada mecanicamente.

Art. 138. A despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

Parágrafo único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, só poderão ser feitos se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

TÍTULO VI DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 139. O Município, dentro de sua competência organizará a ordem econômica e social, conciliando a liberdade de iniciativa com os superiores interesses da coletividade.

Art. 140. A intervenção do Município no domínio econômico terá por objetivo estimular e orientar a produção, defender os interesses do povo e promover a justiça e solidariedade sociais.

Art. 141. O trabalho é obrigação social, garantindo a todos o direito ao emprego e a justa remuneração, que proporcionem existência digna na família e na sociedade.

Art. 142. O Município assistirá os trabalhadores e produtores rurais e suas organizações legais, procurando proporcionar-lhes, entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito fácil e preço justo, saúde e bem-estar social.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Art. 143. O Município considerará o capital não apenas como instrumento produtor de lucro, mas também como meio de expansão econômica e de bem-estar coletivo.

Art. 144. Com a incumbência de exercer ampla fiscalização dos serviços públicos por ele concedidos e da revisão de suas tarifas, o Município manterá órgão especializado, de que fará parte, obrigatoriamente, um representante da Câmara Municipal indicado pelo Plenário.

Parágrafo único. A fiscalização de que trata este artigo, compreende o exame contábil e as perícias necessárias à apuração das inversões de capital e dos lucros auferidos pelas empresas concessionárias e aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 145. O Município dispensará à microempresa e à empresa de pequeno porte, assim definidas em lei federal, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela significação de suas obrigações administrativas e tributárias e pela eliminação ou redução desta, por meio de lei.

CAPÍTULO II DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 146. O Município de Leandro Ferreira terá sistema próprio de previdência para os seus servidores, de acordo com a lei.

Art. 147. O Município, dentro de sua competência, regulará o serviço social, favorecendo e coordenando as iniciativas particulares que visem a este objetivo.

§ 1º Caberá ao Município promover e executar as ações que, por sua natureza e extensão, não possam ser atendidas pelas instituições de caráter privado.

§ 2º O plano de assistência social do Município nos termos que a lei estabelecer, terá por objetivo a correção dos desequilíbrios do sistema social e a recuperação dos elementos desajustados, visando a um desenvolvimento social harmônico, consoante com os incisos I, II, III e IV do artigo 203 da Constituição Federal e com a participação de entidades beneficentes.

CAPÍTULO III DA SAÚDE



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Art. 148. O Município de Leandro Ferreira promoverá:

I - formação de consciência sanitária individual, nas primeiras idades, através do ensino fundamental;

II - serviços hospitalares e dispensários, cooperando com a União e o Estado, bem como com as iniciativas particulares e filantrópicas;

III - combate às moléstias específicas, contagiosas e infecto-contagiosas;

IV - combate ao uso de tóxicos;

V - serviços de assistência à maternidade e à infância;

VI - o Município criará e manterá o Pronto Socorro Municipal próprio ou mediante convênio com hospitais regionais.

Parágrafo único. Compete ao Município suplementar, se necessário, a legislação federal e a estadual que disponham sobre a regulamentação, fiscalização e controle das ações e serviços de saúde, que constituem um sistema único, do qual o Município fará parte.

Art. 149. A inspeção sanitária, nos estabelecimentos de ensino no Município, terá caráter obrigatório e deverá ser feita anualmente.

§ 1º A inspeção a que se refere este artigo, deverá estender-se a todos os clubes recreativos do Município sob pena de lei.

§ 2º Constituirá exigência indispensável a apresentação, no ato da matrícula escolar, de atestado de vacina, contra moléstias infecto-contagiosas.

Art. 150. O Município cuidará do desenvolvimento das obras e serviços relativos ao saneamento e urbanismo, com a assistência da União e do Estado, sob condições estabelecidas na lei complementar federal.

Art. 151. Fica o Município integrado ao Sistema Único de Saúde, nos termos da lei federal correspondente.

Parágrafo único. A Prefeitura deverá repassar aos prestadores de serviços as verbas recebidas do Sistema Único de Saúde, até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

CAPÍTULO IV DA FAMÍLIA

Art. 152. O Município dispensará proteção especial ao casamento e assegurará condições morais, físicas e sociais indispensáveis ao desenvolvimento, segurança e estabilidade da família.

§ 1º Serão proporcionadas aos interessados todas as facilidades para a celebração do casamento.

§ 2º A lei disporá sobre a assistência aos idosos, à maternidade e aos excepcionais.

§ 3º Compete ao Município suplementar a legislação federal e a estadual dispendo sobre a proteção à infância, à juventude e às pessoas portadoras de deficiência, garantindo-lhes o acesso a logradouros, edifícios públicos e veículos de transporte coletivo.

§ 4º Para a execução do previsto neste artigo, serão adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

- I - amparo às famílias numerosas e sem recursos;
- II - ação contra os males que são instrumentos da dissolução da família;
- III - estímulo aos pais e às organizações sociais para a formação moral, cívica, física e intelectual da juventude;
- IV - colaboração com as entidades assistenciais que visem a proteção e educação da criança;
- V - amparo às pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantir-lhes o direito à vida;
- VI - colaboração com a União, com o Estado, e com outros Municípios para a solução dos problemas dos menores desamparados ou desajustados, através de processos adequados de permanente recuperação.

CAPÍTULO V DA EDUCAÇÃO



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Art. 153. A Educação, direito de todos e dever do Município e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 154. O dever do Município com a Educação será mantido com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, mediante a garantia de:

I - ensino fundamental de 1^a a 8^a séries obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiver acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio ou 2^o grau;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino, com garantia de recursos humanos capacitados;

IV - atendimento em creche e pré-escolar às crianças de 0 a 6 anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental e especializado, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1^o O acesso ao ensino obrigatório e gratuito pelo Município é direito público subjetivo, acionável mediante mandado de injunção.

§ 2^o O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Município, ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3^o Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, juntamente aos pais ou responsáveis pela freqüência à escola.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Art. 155. O sistema de ensino municipal assegurará aos alunos necessitados condições de eficiência escolar dentro dos limites estabelecidos em lei.

Art. 156. O ensino oficial do Município será gratuito em todos os graus e atuará prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.

§ 1º Para efeito ao cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, será dada prioridade à Zona Rural.

§ 2º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários das escolas oficiais do Município e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou por seu representante ou responsável.

Art. 157. O Município orientará e estimulará, por todos os meios, a educação física, que será obrigatória nos estabelecimentos municipais de ensino e nos particulares que recebam auxílio do Município.

Parágrafo único. O Município, em caráter obrigatório, optará na parte diversificada do currículo escolar, por critérios particulares à região onde se localiza a escola.

Art. 158. O ensino é livre à iniciativa privada atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais de educação nacional, estadual e municipal;

II - autorização e avaliação de qualidade pelos órgãos competentes.

Art. 159. Os recursos do Município serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei federal, que:

I - comprovarem finalidades não-lucrativas e apliquem seus excedentes financeiros em Educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional ou ao Município no caso de encerramento de suas atividades.



Município de Leandro Ferreira

65

Estado de Minas Gerais

§ 1º Os recursos de que trata este artigo serão destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas em cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Município obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

§ 2º Os recursos do Município poderão ser destinados às escolas particulares por meio de bolsas parciais ou integrais ao estudante carente, mediante convênio.

Art. 160. O Município manterá o professorado municipal e auxiliares de ensino, técnicos e administrativos, em nível econômico, social e moral à altura de suas funções, bem como a criação de plano de cargos e salários.

Parágrafo único. O Município deverá valorizar os profissionais do ensino, garantindo, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial compatível com o Município e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; assegurado regime jurídico único para todos servidores das instituições mantidas pelo Município.

Art. 161. A lei regulamentará a composição, funcionamento e as atribuições do Conselho Municipal de Educação.

Art. 162. O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 163. É da competência comum da União, do Estado e do Município proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

01-03-1963 CAPÍTULO VI DA CULTURA E DO DESPORTO

Art. 164. O Município garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura municipal e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações das culturas populares.

Parágrafo único. O Município protegerá as manifestações das culturas populares.

65



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Art. 165. O Município estimulará o desenvolvimento da ciência, das artes, das letras e da cultura em geral, observado o disposto na Constituição Federal e na Estadual.

§ 1º Ao Município compete suplementar quando necessário a legislação federal e estadual dispendo sobre a cultura.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para o Município.

§ 3º À administração municipal cabe, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 4º Ao Município cumpre proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, a casa de cultura, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

Art. 166. O Município deverá destinar anualmente parte da receita orçamentária para apoio às organizações beneficentes culturais e amadoristas, nos termos da lei, sendo que as amadoristas e as colegiais terão prioridade no uso de estádios, campos e instalações de propriedade do Município.

Art. 167. A lei regulará a composição, o funcionamento e as atribuições do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 168. É dever do Município fomentar práticas esportivas, formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I - autonomia das entidades esportivas dirigentes e associações quanto a sua organização e funcionamento;

II - destinação de recursos públicos para promoção prioritária do desporto educacional;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e não profissional.

Art. 169. Constituem patrimônio cultural do Município os bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade, nos quais se incluem:

I - as obras, objetos, documentos, edificações e outros espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

II - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural do Município, por meio de inventários, registros, vigilância e desapropriação, de outras formas de acautelamento e preservação, restaurações, tombamento.

Art. 170. O Município adotará ação impeditiva de evasão, destruição e descaracterização de obras de arte e de outros bens públicos de valor histórico, científico, artístico e cultural.

CAPÍTULO VII DA POLÍTICA URBANA

Art. 171. A política de desenvolvimento urbano executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, observado o artigo 13 desta Lei Orgânica.

Parágrafo único. As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

Art. 172. O direito à propriedade é inerente à convivência social.

Parágrafo único. O Município poderá, mediante lei específica, exigir nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente de:

I - parcelamento ou edificação compulsória;



II - imposto sobre propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação, com pagamento mediante título da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até 10(dez) anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

CAPÍTULO VIII DA POLÍTICA RURAL

Art. 173. O Município adotará, por órgão próprio, programas de desenvolvimento rural, destinados a fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar, atendendo ao que dispõe o art. 23, inciso VIII, da Constituição Federal, asseguradas as seguintes medidas:

I - levantar e interpretar o desempenho da agropecuária no Município, nas áreas de produção, comercialização, abastecimento e afins;

II - formular diretrizes e estratégias para o desenvolvimento agrícola do Município;

III - selecionar as propriedades municipais nas áreas de agropecuária, abastecimento e agroindústria;

IV - analisar e acompanhar projetos e programas de órgãos que atuem no setor agrícola municipal;

V - estabelecer critérios, em ordem de prioridade para a colocação de recursos não só municipais, mas também estaduais ou da União no fomento à agropecuária;

VI - assessorar o Prefeito e os órgãos públicos representados no Município;

VII - mobilizar recursos públicos e privados para apoio às atividades agropecuárias;

VIII - promover relacionamento entre instituições, nas áreas de agropecuária, educação e saúde para benefício ao meio rural;



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

IX - acompanhar a execução de projetos agropecuários do Município, participando de sua avaliação;

X - compatibilizar a execução de projetos agropecuários, conforme normas e postura municipal;

XI - sistematizar a coleta e a divulgação de informações sobre a agropecuária municipal;

XII - coordenar ações de forma participativa, envolvendo representantes de produtores e trabalhadores rurais e de seus órgãos de classe, órgãos públicos e instituições privadas atuantes no setor agrícola municipal e representantes dos setores de comercialização, armazenamento, beneficiamento e transporte;

XIII - o Município incentivará a implantação de programas de fomento à pequena produção;

XIV - poderá também o Município organizar fazendas coletivas, orientadas ou administradas pelo Poder Público destinada à formação de elementos aptos às atividades agrícolas.

CAPÍTULO IX DO MEIO AMBIENTE

Art. 174. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencialmente à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público Municipal e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito incumbe ao Poder Público:

I - promover junto ao Estado, na forma da Lei, a Educação Conservacionista nos setores formais e informais e disseminar as informações correspondentes ao espaço municipal, necessário à conscientização pública para preservação do ecossistema saudável;

II - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e promover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

III - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do Município e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

IV - definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

V - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental a que se dará publicidade;

VI - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, qualidade de vida e o meio ambiente;

VII - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VIII - criar disciplina nas escolas municipais que promova divulgação e a proteção da fauna, flora e demais atributos regionais de importância dentro do ecossistema.

IX - definir, na forma da lei, mecanismos de prevenção e combate a poluição do ecossistema, assoreamento dos sistemas hídricos e demais formas de degradação ambiental, bem como a prática de métodos que comportem riscos para sobrevivência, qualidade de vida e ao meio ambiente.

X - definir em todo espaço municipal os componentes de essencial importância como os cursos d'água, nascentes, micro-bacias e demais atributos de tais componentes e adoção de medidas de proteção;

XI - proteger a fauna e flora do Município, procurando manter a diversidade genética dentro do ecossistema e promover o inventário dos elementos em extinção para programas especiais de proteção, vedadas na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

XII - integrar-se ao Estado no programa de conservação de solo com a finalidade de minimizar a erosão e o assoreamento dos sistemas hídricos;



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

XIII - auxiliar o órgão estadual competente no desenvolvimento de suas atribuições de controle de exploração dos recursos naturais e educação conservacionista, visando promover a conscientização pública para conservação do ecossistema;

XIV - integrar-se ao Estado no fomento do reflorestamento buscando suprir a demanda de material lenhoso e proteger os remanescentes nativos;

XV - instalar horto florestal municipal destinado a arborização urbana, jardinagem e paisagismo, implantação de florestas no espaço municipal e recomposição da flora nativa;

XVI - auxiliar na criação e funcionamento de órgãos colegiados, com participação da sociedade civil, visando estabelecer normas e medidas operacionais para controle da utilização dos recursos naturais que se encontram no Município.

XVII - inserir no currículo das Escolas Públicas Municipais a disciplina que verse sobre o meio-ambiente.

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º Será exigido na forma da lei, prévio estudo à anuência dos Órgãos Federais, Estaduais e Municipais competentes de controle e política ambiental, para instalação de obras, ampliação, desenvolvimento e demais atividades causadoras de potencial degradação, a que se dará publicidade, sendo priorizada a proteção de nascentes, cursos d'água e demais recursos essenciais para desenvolvimento e qualidade de vida.

§ 5º A instalação de atividades de garimpagem será efetivada mediante aprovação Legislativa, e anuência do Poder Executivo que expedirá o respectivo alvará, garantida ainda a proteção dos mananciais.

Art. 175. Ficam tombados para fins de conservação e reservas ecológicas:



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

I - Igreja-matriz, na sede; Capelinha do Túmulo do Padre Libério; Capelinha da Santa Cruz; Estádio Raul Ribeiro; Cruzeiro e Muro de Pedras da Fazenda Riacho;

II - Cascata das Areias; Cascata do Riacho Pedra Grande, na Fazenda Santa Efigênia;

III - Mata localizada na nascente do Morro Grande.

Parágrafo único. O Município providenciará a demarcação das entidades de conservação de que trata este artigo, cujos limites serão definidos em lei.

TÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 176. Incumbe ao Município:

I - auscultar, permanentemente, a opinião pública sempre que o interesse público não aconselhar o contrário, devendo os Poderes Executivo e Legislativo divulgar com a devida antecedência os projetos de lei para recebimento de sugestões;

II - facilitar no interesse educacional do povo, a difusão de jornais e outras publicações periódicas, assim como as transmissões pelo rádio e pela televisão.

Art. 177. É lícito a qualquer cidadão obter informações e certidões, para defesa de direito, sobre assuntos referentes à administração municipal.

Art. 178. Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a declaração de nulidade ou anulação dos atos lesivos ao patrimônio municipal.

Art. 179. O Município não poderá dar nome de pessoas vivas a bens e serviços públicos de qualquer natureza.

Art. 180. Os cemitérios no Município terão sempre caráter secular, e serão administrados pela autoridade municipal, sendo permitido a todas as confissões religiosas praticar neles seus ritos.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Parágrafo único. As associações religiosas e as particulares poderão na forma da lei, manter cemitérios próprios, fiscalizados porém, pelo Município.

Art. 181. O Município estimulará a criação de Feira Livre, visando proporcionar à população melhores condições de alimentação.

Art. 182. É considerada data cívica, o dia do Município, comemorado anualmente no dia 1º de março.

Art. 183. O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da promulgação desta Lei Orgânica, projeto de lei criando o Parque Industrial e estabelecendo incentivo para implantação de indústrias no Município, especialmente àquelas que venham promover o aproveitamento das matérias primas existentes no território municipal.

Art. 184. A presente Lei Orgânica só poderá receber emendas, mediante votação de 2/3 (dois terços) dos vereadores da Câmara Municipal de Leandro Ferreira.

Art. 185. Esta Lei Orgânica aprovada será promulgada pela Mesa e entrará em vigor em 1º de janeiro de 2013

Câmara Municipal de Leandro Ferreira, aos ____ de dezembro de 2012.

CÂMARA MUNICIPAL CONSTITUINTE DE 1990

Vereador Raimundo Soares de Carvalho
Presidente

Vereador Ari Lopes
Vice-Presidente

Vereador José Geraldo Teixeira
Secretário

Vereadora Maria Julia da Silva Fonseca

Vereadora Geralda Ribeiro de Lacerda

Vereador Admar Raimundo Bento



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Vereador Divino Dias da Costa

Vereador José Maria Soares

Vereador Sebastião Mauricio da Silva

CÂMARA MUNICIPAL REVISORA de 2011

Vereador Alair Vitor Martins

Presidente

Vereadora Cleuza de Fátima Campos Lacerda

Vice-Presidente

Vereador Thiago Rodrigues da Silva

Secretário

Vereador Admar Raimundo Bento

Vereador Airton José de Faria

Vereador Carlos Antônio de Faria

Vereador Flávio Alves da Silva

Vereador Ison Paulino da Fonseca

Vereador Juliano da Silva Pereira

LEANDRO FERREIRA

01-03-1963